

*** Análise da execução das medidas socioeducativas de
meninas adolescentes, em privação de liberdade ***

2019-2020

Relatório de análise do conteúdo das rodas de conversa, realizadas com as equipes de atendimento às adolescentes em privação de liberdade, nos Centros de Atendimento Socioeducativo de Internação, em 10 cidades brasileiras.

Rosimere de Souza

Março/2021

Realização:



Apoio:



Patrocínio:

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS





**Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes,
em privação de liberdade**

**Análise do conteúdo das Rodas de Conversa com as equipes de
atendimento às adolescentes dos CENSE**

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Damara Regina Alves

Secretária Executiva

Tatiana Alvarenga

Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Maurício José Silva Cunha

Diretoria de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente

Maria Leolina Couto Cunha

Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Giselle da Silva Cyrillo



**Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes,
em privação de liberdade**

**Análise do conteúdo das Rodas de Conversa com as equipes de
atendimento às adolescentes dos CENSE**

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Superintendente Geral

Paulo Timm

Superintendente da Área de Desenvolvimento Econômico e Social

Alexandre C. de Albuquerque Santos

Coordenação Técnica

Rosimere de Souza

Equipe técnica

Louise Storni

Herculis Toledo

Juliana Leite

Equipe de Apoio

Roberta Cordeiro

Flávia Lopes

Virginia Letice

Ewerton Antunes

Ana Carolina de Souza

Pesquisadores

Gustavo Ferreira (Belém)

Pedro Figueiredo (Fortaleza)

Liza Santos (Goiânia)

Adrianna Cristina Lopes Setemy (Curitiba)

Hannah Zuquim (Brasília)

Betina Warmling (Porto Alegre)

José Fernando da Silva (Recife)

Sarah Nunes Farhat (Rio Branco)

Nathalí Estevez Grillo (São Paulo)

Especialistas que realizaram análises

Claudio Augusto Vieira (Psicólogo)

Jalusa Silva de Arruda (advogado)

Marcio Farias (Psicólogo)

Nathalí Estevez Grillo (Psicóloga)

Pedro Pereira (advogado)



Outros relatórios relacionados à esta pesquisa, disponíveis na biblioteca virtual do IBAM:

- Relatório Executivo – Pesquisa sobre o atendimento socioeducativo às meninas privadas de liberdade, em 10 cidades brasileiras.
- Marcos conceituais, situacionais e operacionais dos projetos político pedagógicos em 10 cidades brasileiras, em adequação com as diretrizes do SINASE.
- Marcos conceituais, situacionais e operacionais de referência no sistema de segurança, acerca do atendimento às adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional.
- Relatório de análise das entrevistas realizadas com delegados, promotores de justiça, defensores públicos e juízes da infância acerca do atendimento socioeducativo às meninas privadas de liberdade, em 10 cidades brasileiras.
- Relatório de análise das entrevistas realizadas com gestores(as) dos sistemas e dos centros socioeducativos estaduais e distrital, acerca do atendimento socioeducativo às meninas privadas de liberdade, em 10 cidades brasileiras.
- Relatório de análise dos resultados dos grupos focais e das entrevistas, realizados respectivamente com as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e suas/seus familiares acerca do atendimento socioeducativo, em 10 cidades brasileiras.
- Relatório de análise do conteúdo das rodas de conversa, realizadas com as equipes de atendimento às adolescentes em privação de liberdade nos Centros de Atendimento Socioeducativo de Internação, em 10 cidades brasileiras.
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Belém (Pará).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Brasília (Distrito Federal).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Curitiba (Paraná).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Fortaleza (Ceará).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Goiânia (Goiás).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Recife (Pernambuco).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Rio Branco (Acre).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de Rio de Janeiro (Rio de Janeiro).
- Relatório do atendimento socioeducativo às adolescentes em privação de liberdade, na cidade de São Paulo (São Paulo).
- Guia de reflexões e recomendações para o atendimento socioeducativo às meninas em cumprimento de medida de internação



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO E AS EQUIPES TÉCNICAS	7
2. RODAS DE CONVERSA E PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	9
3. OS PARTICIPANTES DAS RODAS DE CONVERSA: AS EQUIPES DE ATENDIMENTO	11
4. ACOLHIDA DAS EQUIPES À RODA DE CONVERSA	14
5. OLHAR APRECIATIVO PARA A ROTINA DE TRABALHO	15
6. MUDANÇAS DE GESTÃO E IMPACTOS NA DINÂMICA DO ATENDIMENTO	15
7. AS ATIVIDADES EDUCATIVAS E LÚDICAS	17
8. AS ESPECIFICIDADES DAS MENINAS E AS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO	19
9. OS RELACIONAMENTOS AFETIVO-SEXUAIS E “OS CADs”	22
10. QUESTÃO CENTRAL A SER ENFRENTADA PARA O APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO ÀS ADOLESCENTES NOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS	23
11. AÇÕES QUE PODEM SER EMPREENDIDAS PARA O APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO ÀS ADOLESCENTES	24
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
13. FONTES CITADAS PELOS PESQUISADORES	27
14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programação da Roda de Conversa com Equipes de Atendimento às adolescentes
em cumprimento de medida socioeducativa dos Centros de Atendimento Socioeducativo.. 10

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Participantes das Rodas de Conversa, segundo sexo e cor	12
Figura 2 – Participantes das Rodas de Conversa, segundo sexo e cor	13



APRESENTAÇÃO

Este documento narra e analisa as percepções dos integrantes das equipes de atendimento, envolvidas na execução da medida socioeducativa de internação¹ às adolescentes infratoras nos Centros de Atendimento Socioeducativo, observadas durante as rodas de conversa realizadas com esses grupos, nas 10 cidades brasileiras abrangidas pelo projeto.

O termo equipe aqui compreende a diversidade dos agentes que trabalham no cotidiano do atendimento às meninas, não se resumindo apenas à equipe técnica, mas envolvendo também os agentes socioeducativos, entre outros encontrados no campo. São eles que concretizam o atendimento em sua dimensão socioeducativa junto às adolescentes, cada um desempenhando um papel diferenciado neste processo.

Desde a Resolução 119 de 11 de janeiro de 2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), as equipes e o projeto político pedagógico têm bastante relevância, reforçada pela Lei do SINASE (Lei 12.594 de 18 de janeiro 2012). Nesta perspectiva, as equipes técnicas são multidisciplinares, compostas por grupos de agentes de diferentes áreas do conhecimento e especialidades, cuja ação é guiada por um Projeto Pedagógico, que consistiria em instrumento contendo:

os princípios norteadores de sua proposta, o entendimento do trabalho que se quer organizar (o que queremos, por quê?) os objetivos (geral e específicos) e a organização que vai se dar para alcançar estes objetivos, tais como modelo de gestão, assembleias, equipes e outros, o detalhamento da rotina, o organograma, o fluxograma, o regimento interno, regulamento disciplinar, onde se incluem procedimentos que dizem respeito à atuação dos profissionais junto aos adolescentes, reuniões das equipes, estudos de caso, elaboração e acompanhamento do Plano Individualizado de Atendimento. (Resolução 119/22006 do CONANDA)

As percepções destes agentes, acrescidas de análises da relatora, tratam principalmente dos desafios e das ações que podem ser empreendidas para aprimorar o atendimento às meninas, na perspectiva do que dispõe o conjunto de diretrizes e orientações técnicas para o atendimento.

¹ Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.



1. O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO E AS EQUIPES TÉCNICAS

O trabalho socioeducativo se materializa nos Centros de Atendimento Socioeducativo, por meio de um conjunto de ações integradas de cunho pedagógico prestadas na unidade ou em espaços saúde e ainda da atuação dos agentes socioeducativos, que se ocupam em geral dos pátios e da movimentação das adolescentes para audiências, idas aos serviços públicos externos ou outras situações.

Sobre a composição do quadro de pessoal do atendimento socioeducativo nas entidades e/ou programas, a citada Resolução do CONANDA recomenda que se considere

que a relação educativa pressupõe o estabelecimento de vínculo, que por sua vez depende do grau de conhecimento do adolescente. Portanto, é necessário que o profissional tenha tempo para prestar atenção no adolescente e que ele tenha um grupo reduzido destes sob sua responsabilidade.

No que diz respeito às entidades e/ou programas que executam a medida socioeducativa de internação e, no que couber à internação provisória, o Conselho Nacional nesta mesma Resolução, propõe uma equipe mínima para cada quarenta adolescentes, composta por: 01 diretor, 01 coordenador técnico, 02 assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 pedagogo, 01 advogado (defesa técnica) e profissionais necessários para o desenvolvimento de saúde, escolarização, esporte, cultura, lazer, profissionalização e administração. Quanto aos socioeducadores, estes têm como atribuições tanto tarefas relativas à preservação da integridade física e psicológica das adolescentes e dos funcionários quanto às atividades pedagógicas, encaminhamentos de adolescentes para atendimentos técnicos dentro e fora dos programas socioeducativos, visitas de familiares, audiências, encaminhamentos para atendimento de saúde dentro e fora dos programas, atividades externas dos adolescentes, sendo um socioeducador para cada dois ou três adolescentes.

É com a equipe de atendimento da unidade que as adolescentes vivenciam sua trajetória no cumprimento da medida, que pode ser de no mínimo seis meses e no máximo 3 anos, conforme decisão judicial, pautada em relatórios de acompanhamento técnico.

Neste tempo vivenciam situações e sentimentos contraditórios, ora de afeto e ora de controle, sanção, punição, por vezes travestidas de um caráter socioeducativo, que nada têm. (SCHMIDT, 2017).

Isto se reflete na construção da memória das meninas, relacionada àquele tempo, aquele espaço, aquelas pessoas. Assim, os espaços dos Centros Socioeducativos representam ao mesmo tempo lugares materiais, imateriais, simbólicos, físicos, por onde se expressam as lembranças, os restos, os vestígios, os rituais.



Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes, em privação de liberdade

Análise do conteúdo das Rodas de Conversa com as equipes de atendimento às adolescentes dos CENSE

As unidades de atendimento, são lugares vivos que guardam segredos, ritos, restos, pelo meio dos quais os costumes, o passado, os marcos identitários são transmitidos, nem sempre fazendo parte da história contada, escrita, relatada (NORA: 1993). São espaços de memória fragmentada de uma coletividade (grupos, indivíduos, sobre determinados aspectos, vivências, percepções, representações, sentimentos acerca dos mesmos acontecimentos, fatos, histórias. (PORTELI: 1996; POLLACK: 1989; HALBSWACK: 1990).

Por outro lado, guardadas as devidas reservas, vez que os técnicos e os agentes socioeducativos não estão nas mesmas circunstâncias de privação de liberdade que as adolescentes, estes também vivenciam ou testemunham nestes espaços e contextos as conquistas e os sofrimentos das adolescentes.



2. RODAS DE CONVERSA E PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Utilizou-se as Rodas de Conversa como forma de diálogo com os membros das equipes de atendimento, no âmbito da pesquisa, em especial pela diversidade de profissionais de distintas áreas e responsabilidades específicas no atendimento.

As rodas de conversas são espaços abertos de diálogo e trocas de experiências que se direcionam a refletir coletivamente sobre questões pertinentes a um grupo. A partir de perguntas amplas, o exercício da conversação contribui para que a relação grupal fique mais próxima e compartilhada, ao mesmo tempo em que os indivíduos se reconhecem como corresponsáveis dos processos de discussão.

Essa metodologia se tornou uma referência na educação popular, sobretudo por se articular às ideias de educação para autonomia dos cidadãos.

De acordo com Agostini, Salvador, Sampaio e Santos (2014), p.1301:

As rodas de conversas possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e ressignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos partícipes. Sua escolha se baseia na horizontalização das relações de poder. Os sujeitos que as compõem se implicam, dialeticamente, como atores históricos e sociais críticos e reflexivos diante da realidade. Dissolve-se a figura do mestre, como centro do processo, e emerge a fala como signo de valores, normas, cultura, práticas e discurso

Diferente dos grupos focais que possuem uma estrutura de questões a serem debatidas, nas rodas de conversa os pontos de discussão não precisam ser pré-definidos e podem, inclusive, ser construídos junto com o grupo por meio de consenso.

A principal dimensão trabalhada nesta metodologia é a participação e envolvimento direto dos participantes nas conversações e nos encaminhamentos evidenciados durante a realização da atividade.



Quadro 1 - Programação da Roda de Conversa com Equipes de Atendimento às adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa dos Centros de Atendimento Socioeducativo

ATIVIDADE	OBJETIVOS
Boas vindas e breve apresentação do projeto para a equipe técnica.	Explicar os objetivos do projeto e da atividade
Momento conexão: pedir para se apresentarem (dizendo nome, idade e profissão) e falar como estão chegando e o que estão sentindo.	Estimular a conexão com os sentimentos e o reconhecimento da sua identidade
Investigação Apreciativa: Os participantes serão divididos em duplas para um cochicho sobre: (i) Qual foi o melhor momento que você viveu neste mês no seu trabalho, com pessoas? (ii) Por que ele foi tão significativo para você? (iii) O que você aprendeu com essa experiência? Depois todos serão convidados a apresentar apreciativamente a pessoa com quem conversou destacando: i) O que você aprendeu sobre ele? ii) O que ficou de mais significativo para você do que ouviu?	Estimular a conexão com o grupo e o reconhecimento das competências e papéis de cada um na equipe
Inquietações: divididos em 3 grupos, as pessoas serão convidadas a formularem perguntas relacionadas às especificidades de atendimento socioeducativo para meninas. As perguntas serão rodadas pelos grupos que deverão eleger 1 (uma) pergunta para ser aprofundadas na dinâmica seguinte.	Fomentar a exposição de dúvidas e medos relacionadas ao atendimento na unidade de internação de meninas.
World Café (adaptado): a partir da pergunta escolhida: escolher 3 ou 4 anfitriões para receber os participantes e cuidar dos debates. Serão 3 ou 4 rodadas de 7 min de contribuições em que todos podem circular pelos grupos e fazer seus registros (sejam em texto ou desenho) na cartolina. Ao final, os anfitriões apresentam como foram as discussões.	Incentivar a construção de soluções comuns e coletivas sobre o tema
Open Space (adaptado): a partir das discussões anteriores, devem falar: (i) qual o menor passo possível que eu posso fazer para contribuir com a pergunta escolhida? Cada um deverá fazer sua reflexão individual, registrar num post it e apresentar ao grupo.	Reforçar o protagonismo e responsabilidade de cada participante no processo socioeducativo
Check out: Como estão saindo? Em uma palavra ou gesto) e encerramento.	Reforçar a conexão com os sentimentos



3. OS PARTICIPANTES DAS RODAS DE CONVERSA: AS EQUIPES DE ATENDIMENTO

Foram realizadas 11 rodas de conversa, sendo uma a mais na cidade de São Paulo, onde existem dois Centros Femininos de Atendimento Socioeducativo às adolescentes em cumprimento de medida de internação.

Participaram de todas as RDs, 67 profissionais, sendo em Goiânia o maior grupo, com 13 pessoas e Rio de Janeiro o menor, com somente duas pessoas².

As mulheres são maioria entre as pessoas que participaram dos diálogos representando 91% (61) em comparação aos homens, que representavam 9% (6).

A faixa etária mais frequente entre os/as participantes se concentra nos 30 anos, seguida dos 50 e dos 40. Acima dos 60 existem oito profissionais na ativa.

Em relação aos cargos que ocupam, os participantes se classificam em técnicos, que foram a grande maioria (41), agentes socioeducativos (13), profissionais da área de saúde (5), professores (5) e administrativos (1).

O grupo dos técnicos é composto por assistentes sociais (7), pedagogos (6), psicólogos (6), enfermeiros (3), professores de educação física (2), musicoterapeutas (2), advogados (1), assessores técnicos (1), professores (1) além daqueles que ocupam cargos de coordenação ou direção.

Os cargos dos agentes socioeducativos são denominados de distintas formas, tais como, gerente ou coordenador de segurança, educador, agente educacional e agente de apoio socioeducativo e a maioria é de mulheres (11), seguindo recomendações do Conselho Nacional de Justiça em distintos estados e demanda dos organismos de controle social, como os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura existentes em alguns estados.

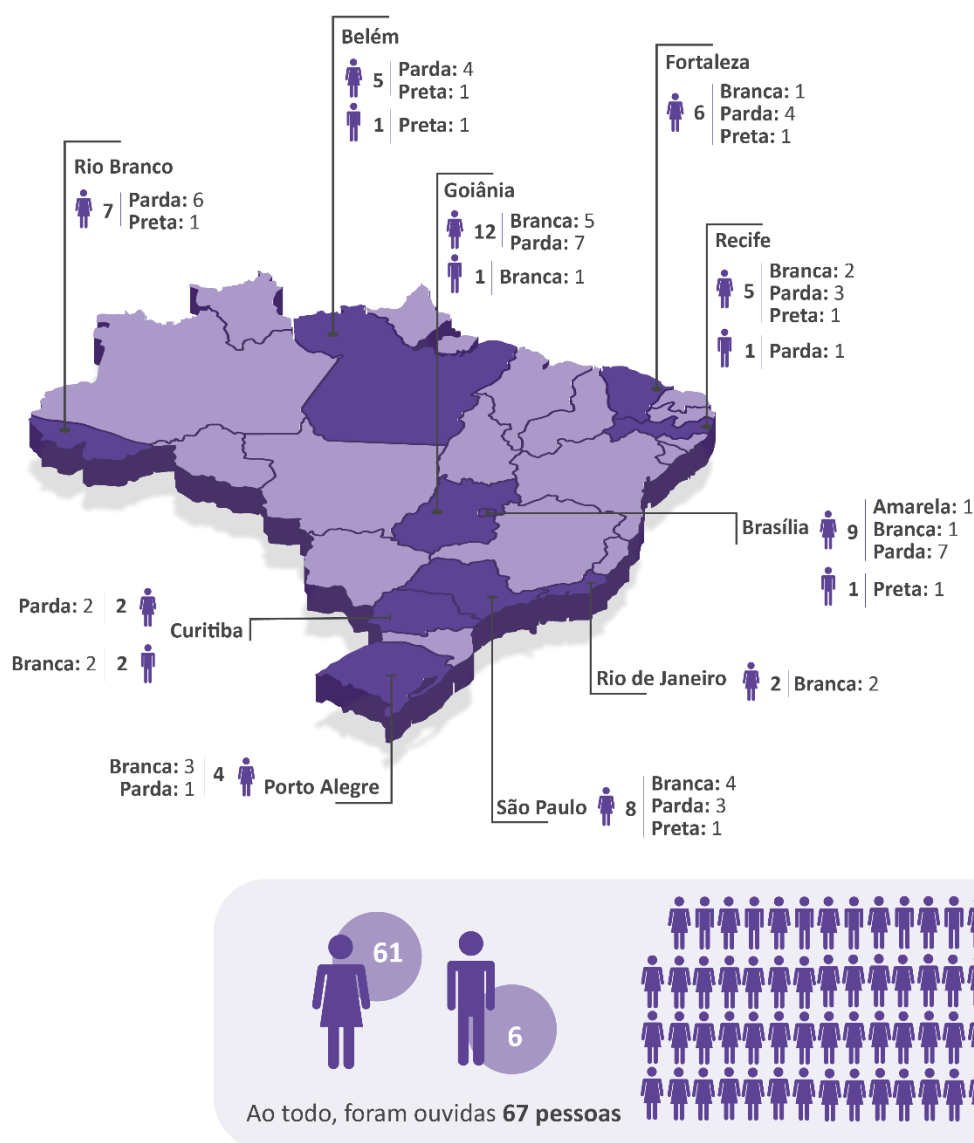
O tempo de trabalho no CENSE varia bastante entre os participantes, mas 62,6% (42) estão naquela unidade há menos de 6 anos, o que coincide com a implementação de mudanças importantes para o atendimento socioeducativo previstas na Lei de Execução das Medidas Socioeducativas, também conhecida como Lei do SINASE (Lei nº 12.594/2012)

Exceto nas cidades de Fortaleza e Distrito Federal, em todas as demais há pelo menos uma pessoa que trabalha naquela unidade há mais de 9 e 13 anos, ali estão há mais de 11 anos.

² Os participantes das Rodas de Conversa preencheram uma ficha



Figura 1 – Distribuição dos participantes das Rodas de Conversa pelos estados e cidades abrangidos, segundo sexo e cor



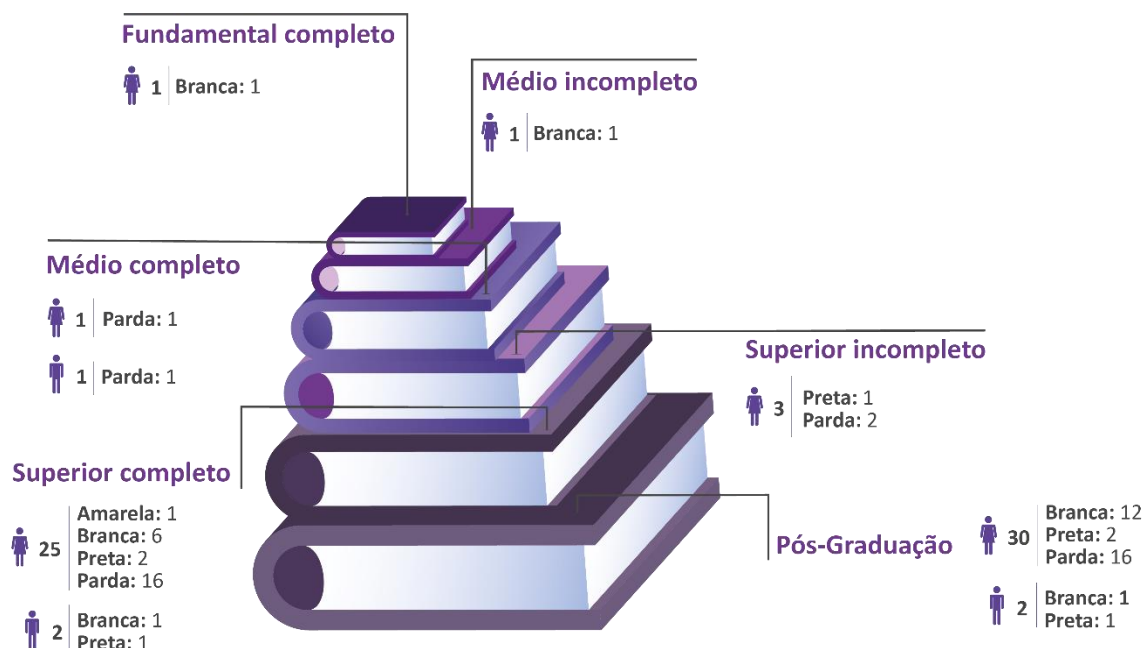
Fonte: Ficha socioeconômica elaborada pelo IBAM (2019)

Somadas as respostas para pardos (37) e pretos (6) temos que 64,18% dos participantes, se identifica como negros (exceto em Belém e Brasília onde não houve respostas para estas categorias), seguidos dos brancos que representam 34,32% (23) entre os respondentes. Somente uma pessoa respondeu ser da categoria amarela³.

³ Adotou-se os quesitos utilizados pelo Censo IBGE para a classificação da população por cor, respeitando-se a auto declaração.



Figura 2 – Escolaridade dos participantes das Rodas de Conversa, segundo sexo e cor



Fonte: Ficha socioeconômica elaborada pelo IBAM (2019)

A maioria dos profissionais (94%) apresenta nível superior completo ou incompleto e pós-graduação. Boa parte dos participantes (83%) ocupa cargos técnicos ou gerenciais. Todos os agentes socioeducativos ou congêneres representam 13%.

Sobre a pós graduação, as respostas são variadas, em sua maioria, as áreas estão relacionadas com o atendimento socioeducativo ofertado nos CENSEs e concentram-se nas áreas de: administração hospitalar/saúde da família, atendimento socioeducativo (medidas socioeducativas, direito da criança e do adolescente), eca, direito (direito educacional, direitos do trabalho), educação física, especialização em educação à distância, filosofia, geografia, gestão de pessoas, história, metodologia em ensino superior, pedagogia, políticas públicas (política pública de criança e adolescente), psicanálise, psicologia (psicologia clínica, psicologia sistêmica, psicologia do trânsito, terapia cognitiva comportamental, psicodrama), psicopedagogia (psicopedagogia com ênfase em educação inclusiva), residência em saúde familiar e gerontologia, saúde (saúde mental, saúde coletiva, administração de serviços de enfermagem e administração hospitalar, enfermagem, urgência e emergência, saúde pública, especialista em saúde mental e constelação familiar), seguridade e políticas públicas, serviço social, sistema de informação e sociologia.



4. ACOLHIDA DAS EQUIPES À RODA DE CONVERSA

A negociação para a realização da atividade foi feita junto à direção dos CENSEs e aconteceu por meio de telefonemas e envio de documentos com esclarecimento sobre a sua forma de operacionalização, período de realização e tempo de duração, espaço físico e equipamentos necessários, quantidade e características dos participantes e papel dos facilitadores presentes na condução do diálogo.

Não obstante, observou-se em algumas cidades, o completo desconhecimento das equipes, sobre o que estariam fazendo naquele espaço e por quê haviam sido selecionados para a atividade, revelando que não houve uma explicação prévia por parte das coordenações (casos de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo).

Houve situações em que as equipes souberam da atividade somente na hora em que os pesquisadores chegaram no CENSE, o que fez com que se organizassem imediatamente para participar, deixando os seus afazeres diários de lado sem uma prévia organização, ou fazendo as duas coisas ao mesmo tempo (casos de Curitiba e Rio de Janeiro).

Outro ponto que influenciou o início das atividades e se refletiu nos debates, foi a sensação de instabilidade gerada devido a mudança na gestão em alguns CENSEs e consequentes alterações na composição das equipes.

Importante destacar que a pesquisa de campo do projeto aconteceu exatamente no primeiro ano de novos governantes - estaduais e federal -, com propostas políticas e programáticas bem diferenciadas em vários campos das políticas públicas.

De um modo geral, superados os momentos iniciais nos quais os participantes guardavam certa reserva em relação à atividade, a roda de conversa transcorreu bem, sendo palco de desabafo de insatisfações em relação às condições de trabalho, mas ao mesmo tempo de reconhecimento de momentos de satisfação no cotidiano de atendimento socioeducativo com as adolescentes.



5. OLHAR APRECIATIVO PARA A ROTINA DE TRABALHO

A resposta à questão sobre o momento mais significativo do último mês na unidade, refletiram bem o estado de espírito da equipe naquele momento do CENSE e repercutiram nas propostas de enfrentamento às questões centrais que afetam o atendimento às adolescentes em algumas cidades (em especial, Porto Alegre, Recife). Vale lembrar que algumas unidades estavam passando por transição entre equipes em razão da mudança de gestão estadual, fato comum após escolha de novos governadores, ou mesmo da recondução dos anteriores.

Elas se misturam também às angústias e inquietações da rotina de atendimento e por esta razão o texto as apresentará de uma forma mais fluida mesclando-se uma e outra.

6. MUDANÇAS DE GESTÃO E IMPACTOS NA DINÂMICA DO ATENDIMENTO

Neste contexto foram reveladas memórias do cotidiano das relações no contexto de transição gerencial da política e das unidades, que associam as medidas tomadas pelas novas gestões estaduais aos impactos na dinâmica de trabalho da equipe, o que, na perspectiva desses interlocutores afeta a sua atuação do profissional junto às adolescentes e até mesmo a sua saúde mental e física (Porto Alegre).

Como exemplo de algumas medidas, tem-se a mudança do profissional de referência de adolescentes sem conversa prévia, “boicotes” a determinados técnicos e incorporação de “pessoas de confiança” da nova gestão na equipe, “instabilidade de rotina” (ausência do Plano de Atendimento Coletivo) ⁴, centralização das decisões.

Desconfortos em períodos de transição no sistema socioeducativo são frequentes, em contextos onde os cargos diretivos da política ou dos centros socioeducativos são de confiança e não de carreira.

Contudo independentemente do tipo de vínculo dos profissionais, há que se garantir a prevalência do projeto político pedagógico, evitando-se assim a descontinuidade no trabalho socioeducativo desenvolvido junto às adolescentes e, eventualmente a violação de algum

⁴ Parece ser um importante instrumento do atendimento por prever grupos operativos, fóruns de discussões, micro-equipes.



Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes, em privação de liberdade

Análise do conteúdo das Rodas de Conversa com as equipes de atendimento às adolescentes dos CENSE

direito, pela supressão de atividades socioeducativas ou de outras vitais, como o banho de sol, as atividades esportivas e de lazer. A mudança das referências técnicas de acompanhamento da execução da medida, impacta no desenvolvimento e monitoramento do Plano Individual de Atendimento, instrumento fundamental para subsidiar os juízes em relação à continuidade ou não da privação da liberdade das adolescentes.

A falta de planejamento nestas etapas e de estratégias de transição que contemplem o sistema socioeducativo representa uma forma de negação da prioridade que deveria ser dedicada ao atendimento das adolescentes a quem se atribui a autoria do ato infracional (RIZZINI, SPOSATI, OLIVEIRA: 2019) na contramão da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, afirmando-se a sua invisibilidade no conjunto das demais políticas públicas.

Conhecer tais processos e impactos no trabalho socioeducativo pode ser um bom tema para nova pesquisa.



7. AS ATIVIDADES EDUCATIVAS E LÚDICAS

As memórias dos participantes relacionadas às atividades educativas e lúdicas com as adolescentes, falam de atividades de artesanato, música, diálogo, justiça restaurativa, apresentadas de forma positiva para as meninas e para os profissionais que salientavam a satisfação em ver o resultado do seu trabalho através das meninas (em especial em Recife).

Foram exemplificadas entre as boas lembranças no trabalho com as adolescentes, as relações de afetos que se estabelecem entre funcionárias e meninas, permeadas de abraços e beijos, saudades quando elas se afastam e alegria quando recebem informação de uma adolescente que “liga para contar como está” e para agradecer pelo trabalho feito durante a medida de internação.

Momentos marcantes são também aqueles que envolvem as adolescentes e seus responsáveis/familiares, como os encontros da prática restaurativa e o Dia dos Pais (como em Belém):

os pais nunca tinham atentado para isso [a visita e a prática restaurativa]. Para elas, esse foi um “momento de perdão” que até aquele momento não tinham visto. (Belém)

Este assunto das meninas e seus responsáveis é significativo para a socioeducação. Entende-se que a família seria o principal espaço de proteção e de convivência com as adolescentes, o que lhe possibilitaria traçar novos rumos para suas vidas. Mas há diversas outras explicações para este “abandono” familiar durante a medida socioeducativa, cujos determinantes se encontram na posição da mulher na divisão sexual do trabalho de cuidados domésticos, seja da casa ou dos membros e ainda o trabalho profissional remunerado realizado fora de casa (DE GIORGI: 2017). Soma-se a este contexto à inexistência de recursos ou de apoio financeiro para a locomoção das famílias, de suas residências ou cidades até o local onde se situam os CENSES⁵.

Há vários depoimentos de comparações entre as meninas e os meninos, dada a experiência pretérita de alguns profissionais em unidades masculinas. Contudo o artifício do confronto entre o atendimento ofertado a um e à outra foi por vezes usado como um recurso de pesquisa, para que se evidenciasse as diferenças, quase sempre não muito clara para os participantes, por não terem feito tal exercício de exame das desigualdades e das especificidades das meninas anteriormente.

⁵ Foi identificado durante a pesquisa com os diretores dos Centros Socioeducativos, o aumento do número de meninas oriundas das cidades da região metropolitana ou do interior das unidades da federação pesquisadas, a exemplo do CENSE Parada de Taipas onde por ocasião das entrevistas havia 30% de meninas internas que não eram da capital de São Paulo.



Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes, em privação de liberdade

Análise do conteúdo das Rodas de Conversa com as equipes de atendimento às adolescentes dos CENSE

Por exemplo, conforme os depoimentos dos participantes da Roda, corroborados por diversas pesquisas sobre o atendimento as adolescentes a quem se atribui a autoria do ato infracional - e mesmo de mulheres no sistema prisional (ANTONY, 2019; BORGES, 2019)-, diferentemente dos meninos, as relações entre as meninas e seus familiares é marcada por violência e abandono, antes mesmo do cometimento do ato infracional (ARRUDA, 2020).

A vida familiar das adolescentes reincidentes é complicada, pois a família fica mais ausente, meio que desiste da adolescente, isso é uma forma de puni-la. Eu vejo que o viciado familiar tem que existir, e se a família abandona, fica pior. (Rio Branco).

A mudança no hábito de leitura é outro exemplo que distingue os meninos e as meninas em sua passagem pelos CENSEs de internação, de acordo com o depoimento de vários profissionais (Rio de Janeiro, São Paulo, Belém).

elas (as meninas) saem mais fácil do 'mundo dos atos infracionais' do que os meninos (de 10 meninos, 1 é reinserido na sociedade") (...) "o maior sinal dessa mudança nas meninas é quando elas começam a adquirir o hábito da leitura. (...) após três meses de internação as meninas já adquirem o hábito de leitura, "lendo muito". (Belém).

"São pouco os meninos que absorvem o que é tentado ser inculcado pelas técnicas, já com as meninas isso é muito mais efetivo (Belém).

Nessa mesma trilha de comparações, os técnicos relatam que, "são pouco os meninos que saem *do mundo dos atos infracionais*", enquanto essa taxa é bem maior entre as meninas. Este pode ser um outro tema interessante para aprofundamento.



8. AS ESPECIFICIDADES DAS MENINAS E AS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

No entanto, em que pese a satisfação no trabalho com as adolescentes, a intensidade das meninas, seu comportamento mais espontâneo e o peso das regras que são impostas para controle de seu comportamento, são fatores que afetam os profissionais em distintas medidas, demandando para uns cuidados em sua saúde mental e/ou com medidas de controle e punição à segurança física (Curitiba) e, para outros, mais preparo para o trabalho com este segmento.

Algumas frases ilustram bem estes sentimentos em relação ao trabalho com as adolescentes:

“com os meninos é tenso; com as meninas é intenso”.

“é preciso um “olhar muito diferente”, pois “com os meninos é mais fácil lidar do que com as meninas”, já que “as meninas são mais traíçoeiras”

As meninas quebram as regras, os meninos as obedecem calados, as meninas desafiam as hierarquias, os meninos se submetem a elas obedientemente. Estas “transgressões” das meninas ao que é imposto, seja na rotina do CENSE seja em relação ao seu comportamento é interpretada a partir de camadas de representações sobre o que é ser menina, mulher, que comportamento e performances se espera delas, e as medidas de controle e punição se entrelaçam com essas mesmas percepções. (GRILLO, 2018)

As equipes também expressaram em muitos exemplos, a secundarização (CNJ,2015) das adolescentes em diversos aspectos do atendimento, em detrimento dos adolescentes, para quem na sua opinião a política é estruturada pelos gestores do sistema (Recife São Paulo), afirmação confirmada por outros estudos sobre o tema (ARRUDA, 2020):

Por falta dos materiais adequados, o que acontece é que elas precisam trazer coisas de casa e/ou comprarem alguns materiais para suprir a demanda das meninas como esmaltes, prancha e cremes para o cabelo e etc” (profissional de um dos CENSEs de São Paulo).

“Inclusive as metodologias de trabalho que estão escritas sempre demandam adaptação para que faça sentido à realidade das meninas. O termo adolescente parece ser assexuado (profissional de um dos CENSEs de São Paulo).

Falou-se também da condição dos uniformes, da pouca troca deles que faz com que as meninas fiquem com a mesma roupa vários dias, da qualidade e quantidade das calcinhas e dos sutiãs. Afirmaram que isto leva as meninas a ficarem incomodadas especialmente nas saídas externas, o que, na opinião delas, afeta a autoestima e a dignidade da adolescente. Estudos dão conta de que para além de ser uma expressão do descaso e da secundarização



delas, não sendo consideradas as suas especificidades nas compras de uniforme - sob o argumento de que são poucas no universo todo de atendidos no sistema socioeducativo - o fato das roupas serem iguais aos dos meninos ou mesmo em menor quantidade.

Isto se soma à situação de precarização do atendimento (VILARINS: 2016) à saúde das adolescentes, desde a simples atenção às condições de higiene, quando não se provê absorvente ou a quantidade é insuficiente, produtos higiênicos e roupas para serem trocadas com regularidade (São Paulo), a negação do atendimento às adolescentes que sofrem de cólica menstrual e a ausência de ambulatório para atendimento nas unidades. Estudos informam que estes fatos representam uma forma peculiar de punição às adolescentes (ARRUDA:2011) e de tortura (ALERJ: 2016). Neste assunto chama a atenção os relatos de casos de automutilação das adolescentes, um claro reflexo de transtornos de comportamento e comprometimentos de sua saúde mental.

A secundarização das meninas se soma à pouca atenção dada às mesmas de um modo geral, haja vista as condições das estruturas físicas dos antigos CENSEs, que não se adequaram as diretrizes de atendimento no que diz respeito ao reordenamento dos espaços, como no caso de São Paulo, onde a equipe de Parada de Taipas citou a “má conservação do centro, em especial vazamentos de água tanto nos banheiros, inclusive perto da fiação elétrica e nas salas de aula”.

Segundo um profissional de Belém,

apesar de ter condições físicas melhores que as unidades masculinas, a unidade feminina é projetada para o masculino (...) os quartos por terem paredes até certa altura, e serem completadas por barras de ferro, não dão a intimidade que as meninas precisam para trocar de roupa (um quarto que não é projetado para o lado feminino; a grade para que se ganhe visibilidade) (...) necessário ter um “closet” entre o espaço do banheiro e sua saída, para que as meninas pudessem trocar de roupa lá antes de retornarem para os seus quartos (no banheiro, construir um espaço que elas pudessem colocar as roupas delas).

Esta série de problemas está claramente relacionada à incapacidade do Estado em dar conta dos serviços públicos de sua competência e pode representar também uma estratégia premeditada de sucateamento dos serviços públicos, com vistas à futura privatização dos CENSEs e prisões, como já acontece nos Estados Unidos e em alguns estados brasileiros, em relação ao sistema prisional para adultos. (WACQUANT, 2007; ANVERSA, 2020)

Por sua vez, no que tange a atuação do sistema de justiça junto às meninas, considerando o papel do juiz e dos promotores de justiça na fiscalização do atendimento e avaliação da execução da medida, há diversas críticas por parte das equipes.



Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes, em privação de liberdade

Análise do conteúdo das Rodas de Conversa com as equipes de atendimento às adolescentes dos CENSE

Em Belém por exemplo a percepção de um dos técnicos é de que há *“diferenças entre o tratamento dado pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude às meninas e aos meninos”*. Segundo o profissional, “ao pedir a Liberdade Assistida ao Juiz, muitas vezes lhes é concedida somente a semiliberdade, enquanto, segundo ela, muitos meninos que cometeram atos mais graves recebem punições menos duras.” O mesmo se observa em São Paulo nos casos que seguem para a Comissão de Avaliação Disciplinar (CAD) relacionados às relações homoafetivas que as adolescentes estabelecem nos CENSEs.

O prolongamento da internação sob o argumento da proteção, é outra forma particular de associação entre proteção e punição, que vitimiza duplamente as adolescentes, como tem sido analisado por pesquisas atuais. (ARRUDA, 2020).



9. OS RELACIONAMENTOS AFETIVO-SEXUAIS E “OS CADs”

Um assunto recorrente em todas as cidades foi o relacionamento afetivo-sexual entre as meninas, que “oficialmente” é proibido nas unidades, sob o argumento de que “causam muitos conflitos entre elas trazendo instabilidade e insegurança para o atendimento”.

Esta regra é questionada pelos participantes vez que no seu entendimento as meninas são muito carentes afetivamente, mas sustentada como prática institucional devido ao assumido despreparo dos profissionais para lidar com tais questões, ou mesmo porque em alguns CENSEs (como em São Paulo) os relacionamentos homo-afetivos são consideradas indisciplinas graves, as quais quando infringidas pelas adolescentes são encaminhadas para a Comissão de Avaliação Disciplinar, ou “viram CAD”, na linguagem coloquial do meio.

Ocorre que os CADs tendem a aumentar o tempo de internação das adolescentes e prolongar sua estadia nos CENSEs, implicando na descaracterização da dimensão pedagógica da medida, sobressaindo-se assim o seu viés punitivista e heteronormativo sobre as relações de gênero.

Este tema é marcado pelo conservadorismo e o preconceito por muitos que integram as equipes técnicas, sob o argumento de que “ali é lugar de cumprir a medida e não namorar, justificando-se que as meninas acabam por se arrastar por conta das relações que estabelecem”, porque se envolvem na “sapataria”. (ARRUDA, 2020)

Esquece-se no entanto de que é neste espaço que elas reproduzem as suas relações sexuais, de afeto, de poder, de proteção, entre outras, da mesma forma que acontece com toda pessoa em condições normais de não privação de liberdade. É ali que passam parte de suas vidas em fase de descobertas sobre si mesmas - sua identidade, sexualidade, desejos, preferências -, sobre o mundo e as relações, sobre as regras da justiça juvenil.

Sobre o que chamam de “comportamento masculino”, observa-se que há uma incompreensão entre boa parte dos interlocutores sobre o que isto significa e sua relação com o tema da orientação sexual e identidade de gênero e sexualidade.

Em Belém registra-se um depoimento que ilustra bem isto:

o menino trans, na verdade, estava passando por uma fase de transição, e, por isso, estava usando roupas e um corte de cabelo masculinos como forma de autoafirmação, mas continuava mulher (...)nem ela tem certeza do que é, já que ele só quer ser masculina para se diferenciar.



Os exemplos apresentados demonstram claramente a existência de formas diferenciadas de punição para as meninas, marcadas pelos estereótipos de gênero, em especial quanto às performances no campo da sexualidade que fogem ao padrão heteronormativo, assunto também abordado por pesquisas afins (ARRUDA, 2020).

10. QUESTÃO CENTRAL A SER ENFRENTADA PARA O APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO ÀS ADOLESCENTES NOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS

Em Porto Alegre o debate centrou-se nos impactos das medidas empreendidas pela nova gestão e a principal questão era como

“garantir a continuidade da política e aplicação das políticas legais no atendimento socioeducativo da Unidade”. Parte-se do entendimento que a “normativa é importante porque impede que a percepção individual ou política de um gestor, se sobreponha aos acordos coletivos”.

Em Recife a questão central foi a garantia do direito às adolescentes, em especial à convivência familiar e comunitária tão importante para o processo socioeducativo e sua reinserção quando deixarem o CENSE - já que a maioria das adolescentes é de municípios da região metropolitana do Recife.

A questão central resumiu-se então na pergunta sobre “o que é preciso fazer para que o Estado construa unidades femininas socioeducativas de internação na capital e no interior, nos moldes do SINASE?”

A arquitetura horizontal da unidade é um dos aspectos que segundo a equipe não favorece as convivências e ações pedagógicas, além da carência de áreas para práticas esportivas e de lazer, de espaços para atendimento ambulatorial.

Em Belém a invisibilidade das adolescentes infratoras foi um ponto importante nos debates. “Elas e eles só são visíveis e acessam os serviços públicos, quando cometem o ato infracional e ingressam no sistema de justiça juvenil e ficam sob a tutela do Estado”. Tal problemática gerou então a seguinte questão central: “Porque tão pouco investimento (estrutural e pedagógico) no atendimento socioeducativo às adolescentes que são tidas como invisíveis?”

Em Rio Branco a principal questão do grupo foi: “Como fazer com que a intersetorialidade funcione, ou seja, como fazer com que a Rede de Atenção e Proteção ao adolescente, se volte e atue na internação?”



11. AÇÕES QUE PODEM SER EMPREENDIDAS PARA O APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO ÀS ADOLESCENTES

Foram identificadas ações gerais de enfrentamento aos problemas identificados já que estes são difusos e complexos.

No sentido de encaminhar os problemas a quem de direito, eles foram agrupados considerando a que áreas de atenção estariam direcionados.

Assim relacionamos os níveis de gestão (do sistema no estado e do CENSE) e das equipes, agrupando-se assim as ações e atividades para que a pergunta central seja concretizada e, também o mínimo que cada um/a poderia dar para a concretização das ações/atividades.

- Gestão da política: Articulação com o Ministério Público para conseguir, judicialmente, uma ação do Estado para superar as deficiências do Case Santa Luzia (Recife).
- Gestão da política: Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCAs) atuarem mais.
- Gestão da política: Convocar uma audiência pública para debater a importância da construção de uma unidade feminina (Recife).
- Gestão da política: Provocar as autoridades enfatizando as problemáticas do dia a dia das unidades desde o estrutural incluindo também a intensificação de capacitações (Belém).
- Gestão da política: Provocar o poder público para investimento na unidade através do presidente da fundação (Belém).
- Gestão de pessoas: Criar momentos formais e não formais para garantir a comunicação (POA).
- Gestão de pessoas: Realizar círculos restaurativos entre os técnicos (POA).
- Gestão: Garantir um processo de transição técnica entre as mudanças de gestão, para que a dinâmica de trabalho das equipes de atendimento não sofra descontinuidade e quebra de processo metodológico, resultando em descumprimento da normativa e violação dos direitos das adolescentes.
- Equipe de atendimento: Dar visibilidade aos problemas enfrentados no atendimento ao público socioeducativo feminino (Recife).



Análise da execução das medidas socioeducativas de meninas adolescentes, em privação de liberdade

Análise do conteúdo das Rodas de Conversa com as equipes de atendimento às adolescentes dos CENSE

- Equipe de atendimento: Dar visibilidades as demandas do atendimento nos espaços acadêmicos, fóruns e conselhos (Recife).
- Equipe de atendimento: Inserir-las na sociedade. Escola, à saúde, às políticas públicas (Belém).
- Equipe de atendimento: Mostrar o desenvolvimento e avanços nas propostas como leitura, cooperação mútua, e levar para fora dos muros com projetos, visitas, mostra de teatros, etc. (Belém)
- Equipe de atendimento: Orientá-las para a vida. Educá-las (Belém).
- Equipe de atendimento: Realizar círculo de diálogos (Recife).
- Equipe de atendimento: Realizar meu trabalho com responsabilidade para somar positivamente e buscar exigir o mesmo de nossos “líderes” (gestores e políticos) (Belém).
- Equipe de atendimento: Construir um documento coletivo com sugestões e parâmetros de atendimento (POA).



12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito no início as Rodas de Conversa foram realizadas num momento de transição entre governos nas unidades da federação e no país, o que impactou o atendimento socioeducativo nos Centros de Atendimento, devido às mudanças de gestão e por elas implementadas.

Contudo dada a flexibilidade da proposta do diálogo com os técnicos e agentes socioeducativos, foi possível realizar todas as atividades propostas na Roda de Conversa, e conhecer um pouco das percepções dos grupos sobre os desafios colocados para o atendimento e as ações que podem ser empreendidas para aprimorá-lo. Mas com olhar sensível às especificidades das meninas, tornando suas demandas mais visíveis e retirando-as do campo da secundarização - da posição secundária em relação aos meninos - e da marginalização - da criminalização -, primeiramente dentro do sistema socioeducativo.

É imperioso para que o atendimento socioeducativo, em especial no regime de privação de liberdade, tenha caráter pedagógico e respeite a diversidade em todas as suas expressões, de cor, de sexo, de orientação sexual, de religiosidade e que trabalhe de forma a que a adolescente permaneça o menor tempo possível em tais circunstâncias de internação.

Estes elementos já anunciados na Resolução 119 do CONANDA, que instituiu as bases pedagógicas da socioeducação, servem como princípios norteadores para a construção de instrumentos como o Projeto Político Pedagógico (PPPs), particular de cada Centro de Atendimento, os Regimentos Internos (Ris), Planos de Ação Coletiva (PAC) e mesmo os Planos Individualizados de Atendimento (PIA).

Tais instrumentos, assim como o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo devem ser validados pela Comunidade Socioeducativa, de modo a transpassar pelas gestões de governo sem revogação, sob pena de se violar os direitos das adolescentes.

Por fim faz-se mister manter a formação, o aperfeiçoamento e a qualificação dos profissionais que interagem com as adolescentes no sistema socioeducativo, que envolvem a equipe de atendimento, mas envolvendo também o sistema de segurança e de justiça.



13. FONTES CITADAS PELOS PESQUISADORES

- Dissertação sobre a rotina do CESEF (2014): Centro socioeducativo feminino (CESEF/PARÁ): alguns aspectos genealógicos: <http://ppgp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/disciplinas/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20de%20Mestrado/ADRIANA%20ELISA%20DE%20ALENCAR%20MACEDO.PDF>.
- Inauguração do espaço da semiliberdade em 2014, que antes estava no mesmo espaço físico do CESEF: <http://www.fasepa.pa.gov.br/?q=node/689>.
- Notícia resultante da pesquisa do CNJ em 2015: Falta estrutura no PA para lidar com adolescentes infratoras, diz CNJ: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/06/falta-estrutura-no-pa-para-lidar-com-adolescentes-infratoras-diz-cnj.html>.
- Notícia sobre as meninas do CESEF (2017): Meninas que cumprem medidas socioeducativas buscam na ressocialização uma vida melhor para os filhos: <http://www.fasepa.pa.gov.br/?q=node/1120>.
- Relatório CNJ – Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões – publicado em 2015: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/02/47c18b2ca39fce3657fc1a5e06fef32b.pdf>. O estado referência do norte do país é o Pará.
- Resposta institucional à pesquisa do CNJ: Atendimento a adolescentes internas avança no Pará: <http://www.fasepa.pa.gov.br/?q=node/818>.
- Resultado da pesquisa no CESEF, que fez parte em 2014: Perfil das jovens em cumprimento de medida de internação em São Paulo e no Pará: <https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt36-1/9178-perfil-das-jovens-em-cumprimento-de-medida-de-internacao-em-sao-paulo-e-no-para/file>.



14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, M.; SALVADOR, A.S; SAMPAIO, J. e SANTOS, G.C. **Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano**. Revista Interface: Comunicação, Saúde e Educação. São Paulo, 2014; 18 Supl 2:1299-1312 2014

ANTONY, Carmen. **Mujeres invisibles: las cárceles femeninas en América Latina**. Nueva Sociedad, n. 208, mar./abr. 2007. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3418_1.pdf>. Acesso em. Dez. 2019.

ANVERSA, Luiz. **Privatização não é a solução para o sistema carcerário do Brasil, dizem especialistas** (2020). Disponível em: <https://bit.ly/3qZlaOj> . Acesso em: 20 de novembro de 2020.

ARRUDA, Jalusa S. de; KRAHN, Natasha Maria W. **Juvenile justice and punishment of girls in Brazil: knowledge production and research perspectives**. Oñati Socio-legal Series, v. 10, n. 2, p. 257-290, 2020.

ARRUDA, Jalusa Silva de. **Para ver as meninas: um estudo sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na CASE**. Salvador, 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO. **Relatório temático: mulheres, meninas e privação de liberdade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. ALERJ: 2016.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 03 dez. 2020.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso: 20 mai. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução n. 119, de 11 de dezembro de 2006**. Disponível em: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/119-resolucao-119-de-11-de-dezembro-de-2006/view>. Acesso: 20 de novembro de 2020.



BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. **Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 20 mai. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões.** Brasília. Conselho Nacional de Justiça, 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/05/0a489b951db22997453d6335e9d88c14.pdf>. Acesso em ago. 2019.

GIORGI, Alessandro de. **Cinco teses sobre o encarceramento em massa** [recurso eletrônico]; tradução Leandro Ayres França. – Porto Alegre : Canal Ciências Criminais, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/31419499/Cinco_teses_sobre_o_encarceramento_em_massa?auto=download Acesso em ago. 2019.

GRILLO, Nathalí Estevez. **Força Pra Subir, Coragem na Descida: um estudo sobre as resistências das meninas na Fundação CASA.** Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, Faculdade de Psicologia Social, 2018.

HALBWACCS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares,** Projeto História, no10, 1993, p.7-28.

POLLACK, Michael, **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIZZINI, Irene, SPOSATI, Aldaíza, OLIVEIRA, Antônio Carlos. **Adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto.** São Paulo: Cortez, 2019. (Coleção Temas Sociojurídicos)

SCHMIDT, Fabiana. **Medidas socioeducativas e cultura punitiva: o recrudescimento do controle das expressões da “questão social” no Brasil. 2017.** 196 f. Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social. 2017.

VILARINS, Natália Pereira Gonçalves. **Meninas de Santa Maria: a precarização da vida na medida socioeducativa de internação.** 2016. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília (UnB). Programa de Pós-Graduação em Política Social.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos estados unidos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

***A missão do IBAM é promover – com base na ética,
transparência e independência partidária – o desenvolvimento
institucional do Município como esfera autônoma de Governo,
fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços
e fomentar o desenvolvimento local, objetivando uma sociedade
democrática e a valorização da cidadania.***



Rua Buenos Aires, nº 19 – 20070-021 – Centro – RJ
Tel. (21) 2142-9797 – Fax: (21) 2142-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br – Web: www.ibam.org.br